

Meta de inflação para este ano é 8%

■ BC tem margem de segurança de dois pontos percentuais para cima e para baixo. Para 2000 e 2001, índices ficaram em 6% e 4%

VIVIAN OSWALD E UGO BRAGA

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, definiu ontem como meta de inflação para este ano a variação de 8% entre janeiro e dezembro no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). O Banco Central deverá voltar toda sua política monetária para atingir a meta e, conforme determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN), terá uma margem de segurança de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Isso quer dizer que as taxas de juros básicas da economia (Selic), as regras para os depósitos compulsórios (recursos que as instituições financeiras são obrigadas a depositar no Banco Central) e as condições para o crédito na econo-

mia serão calibrados de modo que o governo atinja essas metas.

Para o ano 2000, o governo fixou a meta de inflação em 6% e 4% para o ano seguinte. Nos dois casos, o ministro advertiu que a margem de segurança será a mesma, de dois pontos percentuais acima ou abaixo. A faixa de variação é uma forma de garantir que o compromisso com a sociedade será cumprido. Isso porque, lembrou o ministro, o país continua sujeito a choques, principalmente externos e internos associados a problemas de natureza política. "A responsabilidade do BC é alcançar a meta, mas a experiência mostra que, por vezes, existem alguns afastamentos", disse o ministro.

O presidente do BC, Armínio Fraga, explicou que esse intervalo

não é "uma zona que pode ser percorrida livremente". Mas a existência desse espaço, destacou, permite ao BC agir com mais tempo para enfrentar choques positivos ou negativos, sem, no entanto, fazer com que se pague um preço muito alto por isto. Exemplos dessas situações extremas são uma quebra da safra agrícola ou uma crise externa, como aquelas que o país sofreu em setembro de 1997 e agosto do ano passado, as crises do Sudeste Asiático e da moratória russa, respectivamente. Se o BC subisse bruscamente as taxas de juros para conter um movimento inflacionário, poderia agravar ainda mais os efeitos recessivos desses choques.

Mas esse intervalo deve cair com o tempo, assim como as metas futu-

ras para a inflação, que o ministro reconheceu que ainda estão altas. "Não é à toa que as taxas são declinantes para os próximos anos." De acordo com Pedro Malan, essa margem poderá ser semelhante à que existe atualmente no sistema inglês, que é de apenas um ponto percentual para cima ou para baixo. "Na condição de economia em desenvolvimento, existem choques que podem nos afetar mais do que a outras economias", explicou o ministro.

Malan afirmou, contudo, que para se atingir as metas inflacionárias definidas ontem, é imprescindível que a situação fiscal do país esteja controlada e que as ações de caráter estrutural que vêm sendo tomadas tenham continuidade. De acordo com o ministro do Orçamento e

Gestão, Pedro Parente, já foram adotadas as medidas necessárias para equilibrar a situação fiscal do país até o ano 2001. "Existem fatores judiciais, no entanto, que precisam ser equacionados", disse. O governo teme que a Justiça derrube medidas que têm por objetivo aumentar a arrecadação, como é o caso da contribuição previdenciária dos servidores inativos e ativos, a cobrança da CPMF e da Cofins.

Parente explicou que ainda não há como saber se serão necessárias novas medidas para compensar eventuais perdas na arrecadação, porque não se podem calcular os custos futuros das decisões judiciais, antes que estas sejam tomadas. O ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, já disse, porém, que

o governo estuda cortes pontuais em alguns ministérios, principalmente nas folhas de pagamento do funcionalismo.

A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), responsável pela definição das taxas de juros básicas da economia, marcada para o dia 28 de julho, já não deve considerar apenas a trajetória da taxa de inflação, mas a meta que deve ser atingida pelo BC este ano. Se esses números não forem cumpridos conforme o previsto, o presidente do BC deve fazer uma carta para o ministro da Fazenda, justificando o que aconteceu. Fraga ressaltou que a equipe do BC poderá até mesmo ser substituída, se o ministro entender que houve falhas técnicas para o cumprimento das metas.